

**PROMOÇÃO DE SAÚDE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: ADAPTAÇÃO
DE UMA METODOLOGIA DIALÓGICA COM ADOLESCENTES EM
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

*Health Promotion in Juvenile Detention: Adapting a Dialogical Methodology for
Incarcerated Adolescents*

Guadalupe Rodrigues Braga¹
Janaína Bastos dos Santos²
Marcelo Rodrigues Batista³
Adriana de Souza Medeiros Batista⁴

RESUMO

O trabalho apresenta uma experiência de promoção da saúde mental desenvolvida com adolescentes em privação de liberdade, em uma unidade socioeducativa de Belo Horizonte, por meio de uma metodologia dialógica inspirada no Programa Para Elas da Faculdade de Medicina da UFMG. A intervenção buscou adaptar um dispositivo originalmente voltado a mulheres vítimas de violência para o contexto socioeducativo. A fundamentação teórica combina a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, a educação popular em saúde de Paulo Freire, preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Política Nacional de Promoção da Saúde, enfatizando autonomia, participação e intersetorialidade. Foram conduzidos encontros semanais, em 2019–2020, baseados em rodas de conversa mediadas por equipe multiprofissional, com uso de diferentes linguagens expressivas (fala, escrita, música, arte). Os resultados mostram que, apesar da resistência inicial marcada por silêncio e desconfiança, a continuidade dos encontros favoreceu vínculo, ampliação da fala, expressão de afetos e reconhecimento de direitos. Os adolescentes passaram a refletir criticamente sobre suas trajetórias e institucionalização, fortalecendo autonomia e projeto de vida. A articulação entre universidade, justiça e socioeducação garantiu segurança institucional e legitimidade ao processo.

¹ Guadalupe Rodrigues Braga, Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG).

² Janaína Bastos dos Santos, Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG).

³ Marcelo Rodrigues Batista, Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG).

⁴ Adriana de Souza Medeiros Batista, Professora do Programa de Pós-graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG).

Introdução

A promoção da saúde mental em unidades socioeducativas demanda arranjos intersetoriais e metodologias dialógicas que considerem as especificidades da adolescência, a institucionalização e o contexto de violência que atravessa trajetórias de vida. Este trabalho apresenta e analisa uma experiência desenvolvida por equipe vinculada ao Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (UFMG), em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Vara de Atos Infracionais da Infância e Juventude de Belo Horizonte e da Corregedoria-Geral de Justiça. A intervenção foi motivada pela preocupação com a saúde mental de adolescentes internos em uma unidade socioeducativa.

A proposta metodológica se inspirou no Programa *Para Elas: Por Elas, Por Eles, Por Nós* (Para Elas) da Faculdade de Medicina (UFMG), que articula roda de conversa, escuta qualificada e orientação dialógica fundamentada na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (MELO, MELO, 2016). Este projeto original é voltado a mulheres vítimas de violência e seus agressores. Buscou-se traduzir esse dispositivo para o contexto socioeducativo, enfrentando resistências iniciais dos adolescentes, marcadas por silêncio, desconfiança e comportamentos defensivos. Ao longo de 2019 e 2020, foram realizados encontros semanais com mediação multiprofissional (psicologia, arte-educação, psicopedagogia, letras, medicina), centrados na construção de vínculos e na abertura para expressão de sentimentos, ideias e experiências.

O objetivo é relatar a adaptação e aplicação da metodologia dialógica inspirada no Programa Para Elas, com adolescentes em situação de internação, visando à promoção da saúde mental e à prevenção da violência; identificar desafios de transposição e efeitos da abordagem na abertura ao diálogo; e discutir potenciais formativos da articulação ensino–pesquisa–extensão em contextos de alta vulnerabilidade.

Fundamentação teórica, contexto e arranjo intersetorial

A Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 2012) sustenta que processos comunicativos livres de coerção tornam possível o entendimento e a emancipação dos sujeitos. Como método de cuidado, a roda dialógica valoriza escuta ativa, argumentação e reconhecimento da alteridade, favorecendo responsabilização sem violência e reconstrução subjetiva após experiências de violação (MELO, MELO, 2016).

A perspectiva da educação popular em saúde de Paulo Freire amplia esse horizonte ao defender que todo processo educativo-cuidante parte dos saberes dos sujeitos, problematiza a realidade e constrói sentidos coletivos, o que é crucial com adolescentes privados de liberdade (FREIRE, 1987). Em promoção da saúde, a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS) enfatiza intersetorialidade, participação social e autonomia, reforçando que a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) demanda práticas emancipatórias e cuidado não punitivo (BRASIL, 1990; BRASIL, 2015).

A atuação ocorreu em unidade socioeducativa de Belo Horizonte, sob acompanhamento de comissários de justiça, com apoio da gerência da unidade e da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE). O lastro institucional com o TJMG garantiu segurança operacional, legitimidade e vias de encaminhamento para demandas emergentes. A escolha por equipe multiprofissional buscou ampliar repertórios expressivos (fala, escrita, artes) e olhares clínicos sobre sofrimento psíquico, violência e projetos de vida. A experiência foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CAAE: 65360422.6.0000.5149), assegurando consentimentos, resguardo de identidades e conformidade com a Resolução CNS nº 466/2012.

Método

Trata-se de uma pesquisa-intervenção qualitativa. Foram realizados encontros semanais com grupos de adolescentes internos, em 2019–2020, organizados em rodas de conversa com temas livres ou sugeridos pelos participantes. A condução foi feita por profissionais de diferentes áreas, com a presença de comissários de justiça e o respaldo da SUASE e da gerência da unidade.

Os dados foram registrados em diários de campo, relatórios de observação participante e registros reflexivos dos pesquisadores. A análise ocorreu por triangulação de fontes, com categorização temática e interpretação crítica dos sentidos emergentes.

O dispositivo em ação: a roda dialógica adaptada ao socioeducativo

A roda foi compreendida como dispositivo clínico-pedagógico. O encontro iniciava com acolhida, acordo de convivência (escuta sem interrupções, direito à fala e direito à recusa) e pergunta geradora (temas eleitos pelos adolescentes ou sugeridos pela equipe). A mediação buscou desarmar a ambiência disciplinar típica da unidade, sem abrir mão da segurança. Ao reconhecer resistências como mecanismos de autoproteção, a equipe modulava o ritmo. Momentos de silêncio eram respeitados; humor e arte funcionavam como vias de acesso à palavra; e escritas breves (cartas, bilhetes anônimos) apareciam quando falar não era possível.

A presença de diferentes linguagens (desenhos, música, escrita, conversa) ampliou portas de entrada para a expressão, ao mesmo tempo em que reforçou responsabilização (por si e pelo grupo), projeto de vida e senso de direitos, todos temas que emergiram nos relatos. A constância temporal (mesmo dia/horário) e a familiaridade com os mediadores foram decisivas para reduzir desconfiança e sustentar vínculo.

Resultados

O início foi marcado por silêncio, desconfiança e posturas defensivas; com a regularidade dos encontros e o respeito à escuta, os adolescentes se abriram gradualmente à partilha de sentimentos, histórias pessoais, opiniões sobre a internação e planos de futuro. A abordagem dialógica favoreceu que os participantes se reconhecessem como sujeitos de direitos, capazes de refletir criticamente sobre a institucionalização e reconstruir sentidos para a própria trajetória.

A atuação integrada de psicologia, arte-educação, psicopedagogia, letras e medicina ofereceu múltiplas vias de expressão e leitura da demanda,

evitando reducionismos e enriquecendo o cuidado. O arranjo com o sistema de justiça garantiu suporte e segurança à atuação, facilitou fluxos de encaminhamento e legitimou a proposta junto à equipe da unidade. A roda se consolidou como espaço seguro, com melhor manejo de afetos e ampliação da fala; observaram-se movimentos de responsabilização, solidariedade entre pares e criação de repertórios de enfrentamento.

Discussão

Traduzir a metodologia do Programa Para Elas para o socioeducativo exigiu ajustes de tempo, linguagem e contratos. A adolescência e a privação de liberdade pedem marcadores claros de segurança e autonomia (direito à fala e ao silêncio), assim como canais não verbais (arte, escrita). A presença constante dos mediadores opera como fator terapêutico, sinalizando confiabilidade onde prevalece o controle.

Ao reconhecer o adolescente como sujeito de direitos, a roda ajuda a quebrar lógicas de silenciamento e violência institucional, fomentando autonomia e projeto de futuro. Isso converge com a PNaPS (autonomia, participação, intersetorialidade) e o ECA (proteção integral), reafirmando que cuidado em liberdade pode ser praticado mesmo em ambientes de restrição quando há dispositivo ético-político consistente.

A articulação universidade–justiça–SUASE–unidade materializa a intersetorialidade como governança concreta. Assim, define responsabilidades, rotas de encaminhamento, provisão de espaços, gestão de riscos e sustentação da proposta frente a imprevistos (ex.: crises agudas, lutos). A experiência evidencia o potencial formativo de mestrandos em contextos reais para refinar escuta, graduar intervenções, negociar sentidos e produzir conhecimento aplicado sobre saúde mental em contextos de privação. Formam um conjunto de competências estratégicas para políticas públicas.

Limitações e cuidados éticos

A experiência é situada e não visa generalização estatística. A dinâmica de rotatividade, rotinas disciplinares e risco institucional impõe limites ao

acompanhamento longitudinal. No campo ético, observaram-se resguardo de identidades, consentimentos e diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012; a mediação foi continuamente avaliada para evitar retraumatização, assegurando o direito à recusa e a prioridade da segurança.

Considerações finais

A metodologia dialógica mostrou-se viável e potente no socioeducativo, favorecendo vínculo, expressão, reconhecimento de direitos e autonomia, elementos-chave de promoção da saúde mental e prevenção da violência com adolescentes internos. A intersetorialidade entre universidade, justiça e SUASE foi decisiva para a legitimidade e sustentação da proposta. Em termos de política pública, a experiência reforça que unidades socioeducativas podem constituir espaços pedagógicos de produção de sentido e cuidado, desde que organizadas em torno de dispositivos dialógicos, equipes multiprofissionais e princípios de direitos.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1 e 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MELO, Elza Machado; MELO, Victor Hugo (org.). *Por Elas, Por Eles, Por Nós*.
Belo Horizonte: Folium, 2016.